

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT03.010

ULYSSES PERNAMBUCANO E A REFORMA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO: ENTRE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E JUSTIÇA SOCIAL NOS ANOS 1920

Giovanna Maria Trajano de Lira¹

Henrique Dantas Pinheiro de Menezes²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a atuação de Ulysses Pernambucano à frente da Escola Normal do Recife, evidenciando sua contribuição como diretor da instituição para a reforma educacional iniciada na década de 1920. A partir da conferência proferida por Waldemar Valente em 1958, e com base em uma abordagem histórico-documental, o estudo se ancora nos referenciais da história da educação e das políticas públicas educacionais. Entre as principais descobertas da pesquisa, destacam-se as medidas inovadoras implementadas por Ulysses, como a redução do número de alunos por sala, a criação do Curso de Aplicação, o fim dos exames parcelados e a instituição da média global. Sua atuação resultou na unificação do padrão pedagógico entre escolas públicas e privadas, promovendo uma maior coesão curricular. Além do caráter pedagógico, sua reforma também teve um forte viés social, com ações como a criação da Caixa Escolar, merenda, assistência dentária e o trabalho das visitadoras escolares, voltadas à melhoria

1 Doutoranda do Curso de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, giovannatlira@gmail.com;

2 Mestre pelo Curso de Pós Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, prof.henriqueopinheiro87@gmail.com;

das condições de vida das alunas mais pobres. Ulysses também se destacou por defender a criação de escolas específicas para alunos com deficiência e para superdotados, revelando uma visão educativa inclusiva e inovadora. Dessa forma, conclui-se que sua reforma foi profundamente marcada por um compromisso com a justiça social, indo além da gestão administrativa ao articular pedagogia, ciência e inclusão.

Palavras-chave: História da Educação, Políticas públicas, Reformas educacionais, História de Pernambuco, Formação de professores.

INTRODUÇÃO

No início do século XX, o Brasil atravessava um período de intensas transformações sociais, políticas e culturais, refletindo tanto os projetos modernizadores da Primeira República quanto os anseios de inserção do país em um cenário internacional marcado por debates sobre educação, progresso e ciência. Esta última assume diversos espaços na sociedade, deixa de estar presente apenas nos poucos contextos acadêmicos e se torna notícia, debate público e principalmente um caminho a ser seguido quando se pensava no futuro da nação: as crianças e os adolescentes.

Em Pernambuco, esses ventos de mudança se expressaram em iniciativas de reforma educacional que buscavam superar práticas, ainda ligadas ao ensino livresco e à memorização. Nesse contexto, destaca-se a figura de Ulysses Pernambucano de Mello (1892-1943), médico psiquiatra de formação, atuou ativamente como um defensor do que ficou conhecido como Psiquiatria Social. Pernambucano acreditava que era necessário pensar a educação de uma maneira plural, a partir de uma formação não só acadêmica dos alunos e professores. Mas, uma formação social, voltada para a saúde e a busca de um futuro que não fosse anormal, degenerado.

Sobre as possíveis causas da anormalidade ele afirma que são: “o alcoolismo, syphillis, tuberculose, aneylostomiose⁶⁴, impaludismo⁶⁵, doença de chagas para não falar senão das principaes”. (PERNAMBUCANO, 1918. p.5). Essas doenças provinham de pais e mães e afetariam diretamente a criança, que poderia nascer com características anormais ou adquiri-las com o passar de seu crescimento. Por isso mesmo alerta para a importância do ensino aliado a questão da higiene escolar, que preveniria possíveis casos de degeneração e auxiliaria as crianças que já possuíam um histórico familiar assolado pelas doenças citadas. (LIRA, 2018, p.30)

Ulysses Pernambucano era muito atuante na sociedade pernambucana e assumiu ao longo da sua carreira a diretoria do Hospital de Alienados do Recife, do Serviço Aberto, foi professor do Ginásio Pernam-

bucano e esteve à frente da Escola Normal do Recife, nos anos 1920, onde assumiu a alcunha de reformador pedagógico. Aos olhos do presente parece muito distante essa relação entre a direção de uma instituição psiquiátrica e a de uma escola voltada para a formação de professores. Mas naquele momento fazia muito sentido, não havia uma formação universitária para os pedagogos, a formação acontecia de forma regional e local nas escolas normais.



Edifício da Escola Normal Oficial, vendo-se o parque 13 de Maio onde serão instalados o mostruários e as diversões da Exposição

Fonte: Não encontrada.

No Recife a formação universitária era um privilégio daqueles que conseguissem fazer parte da famosa Faculdade de Direito do Recife, da Faculdade de Engenharia e da Faculdade de Medicina do Recife. Instituições que depois foram incorporadas à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ulysses foi uma figura política que circulou em diferentes espaços, deixando não só um legado, mas também um imaginário público acerca da sua personalidade.

Sua atuação, como revelam as fontes memorialísticas de Waldemar Valente (1959) e os estudos posteriores de Barretto (1992) e Hutzler (1987), não se limitou a medidas administrativas: tratou-se de um projeto educacional profundamente marcado pela articulação entre ciência, pedagogia e justiça social. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a reforma

educacional conduzida por Ulysses Pernambucano em Pernambuco, evidenciando suas inovações pedagógicas, seu compromisso social e sua visão inclusiva.

Pelo que já fora apresentado esse texto é fruto de uma pesquisa que busca pensar a relação entre o médico Ulysses Pernambucano e a educação, com um foco maior na formação dos professores em Pernambuco, a partir de uma modificação na estrutura do currículo, da estrutura física da Escola Normal. Mas não só, principalmente a experiência educacional que esses jovens professores vivenciavam dentro da instituição. E como essas mudanças influenciaram a formação desses professores e consequentemente as suas práticas pedagógicas e posturas dentro e fora da sala de aula.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter histórico-documental, combinando a análise de fontes primárias e secundárias a partir de uma perspectiva da historiografia da educação, compreendida não apenas como o levantamento cronológico de eventos, mas como um campo interpretativo das práticas, políticas e representações pedagógicas no tempo. Tal abordagem permite compreender as reformas educacionais conduzidas por Ulysses Pernambucano em seu contexto histórico, evidenciando como suas propostas dialogavam com os movimentos intelectuais, científicos e sociais de Pernambuco e do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

As fontes primárias utilizadas abrangem um conjunto variado de registros que documentam a ação de Ulysses no campo educacional. Entre elas, destaca-se o livro *Ulysses Pernambucano: Renovador do Ensino em Pernambuco* (VALENTE, 1959), resultante de conferência proferida por Waldemar Valente em 1958 e publicada pela Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco. Embora apresente um caráter laudatório e memorialístico, o texto constitui um testemunho valioso sobre as medidas implementadas na Escola Normal do Recife, revelando tanto as percep-

ções contemporâneas das reformas quanto os fundamentos ideológicos de sua legitimação pública.

Foram igualmente considerados os escritos e depoimentos de Estêvão Pinto, José Lins do Rego e Paulo Rosas, intelectuais que conviveram com Ulysses ou presenciaram os efeitos de suas reformas. Esses textos, ainda que permeados por subjetividade, contribuem para ampliar a compreensão das representações sociais construídas em torno de sua figura e de sua obra. À luz da reflexão de Jacques Le Goff (1990), esses testemunhos foram compreendidos como “documentos-monumentos” – isto é, produções que revelam tanto os acontecimentos que narram quanto as intenções de consagrá-los. Assim, tratam-se não apenas de registros factuais, mas de fragmentos de memória coletiva que ajudam a entender como Ulysses se tornou símbolo da modernização pedagógica em Pernambuco.

No campo das fontes secundárias, a pesquisa apoia-se em estudos que examinam a trajetória intelectual e institucional de Ulysses Pernambucano. Barretto (1992) analisa seu papel como educador e formulador de políticas pedagógicas, destacando o entrelaçamento entre ciência e ensino em sua prática. Hutzler (1987) o insere na tradição da psiquiatria social, ressaltando como sua formação médica influenciou sua visão de escola como espaço de reabilitação e integração social. Melo (2004), por sua vez, o descreve como “um enamorado da liberdade”, enfatizando o caráter humanista e político de sua atuação. Pereira (2005) situa sua contribuição entre a psicopatologia e a pedagogia, enquanto Oliveira (2015) discute a criação da Escola Aires Gama (atual Escola Especial Ulisses Pernambucano) e sua relevância pioneira na educação especial no Brasil.

A metodologia adotada articula duas dimensões principais: a análise documental e a interpretação histórica. A primeira busca identificar e descrever as reformas educacionais implementadas por Ulysses – tais como a reorganização curricular, a criação do Curso de Aplicação, o estabelecimento da média global e as medidas de assistência social escolar. Já a segunda dimensão procura compreender o sentido histórico dessas

ações, investigando de que modo elas refletiam debates mais amplos sobre modernização, cidadania e igualdade de acesso à educação.

Essa abordagem se insere na tradição da história social da educação, conforme delineada por autores como António Nóvoa (1991), Dominique Julia (2001) e Dermeval Saviani (2007), que compreendem a escola como espaço de produção cultural, disputa simbólica e regulação social. Tal perspectiva ultrapassa a mera reconstituição de instituições, voltando-se para a interpretação das práticas, discursos e materialidades que estruturaram o fazer educativo. Assim, ao examinar a Escola Normal sob a direção de Ulysses, o estudo busca compreendê-la como um lugar de memória, na acepção de Pierre Nora (1993) – um espaço em que a experiência histórica se inscreve na construção identitária da sociedade.

Do ponto de vista operacional, a análise foi conduzida de forma comparativa e contextual, estabelecendo paralelos entre três momentos distintos: o cenário educacional de Pernambuco anterior a 1923; o período de reformas conduzidas por Ulysses; e o impacto posterior dessas medidas nas décadas seguintes. Essa comparação possibilita identificar rupturas e permanências em relação aos modelos pedagógicos vigentes e compreender o modo como suas inovações dialogavam com o movimento internacional da Escola Nova, com o qual compartilha princípios como a valorização da infância, a centralidade do aluno e a integração entre ensino e vida social.

Por fim, a escolha dessa abordagem também se justifica por reconhecer a posição interdisciplinar de Ulysses – um intelectual situado entre o campo médico e o pedagógico. A historiografia da educação, ao articular dimensões políticas, culturais e científicas, permite perceber como suas práticas no ensino normal estavam impregnadas de sua formação psiquiátrica e de sua concepção de “educação total”, integrando corpo, mente e sociedade. A análise temática da pesquisa foi organizada em três eixos interdependentes: (1) as reformas pedagógicas e institucionais da Escola Normal; (2) as medidas sociais e assistenciais implementadas; e (3) a dimensão simbólica e intelectual de sua atuação, expressa nas

representações construídas por seus contemporâneos e pela posteridade. Essa estrutura metodológica permitiu compreender como Ulysses se consolidou como símbolo da modernização educacional pernambucana, articulando ciência, ética e política em um projeto pedagógico de amplo alcance.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atuação de Ulysses Pernambucano à frente da Escola Normal do Recife, a partir de 1923, representou um divisor de águas na história da educação pernambucana. Inserido num contexto em que o ensino público era criticado por sua rigidez e desorganização, o reformador assumiu o desafio de transformar o sistema pedagógico, associando-o a um projeto de modernização científica e de justiça social. Conforme destaca Valente (1959, p. 9), antes de sua direção “a Escola Normal era um amontoado de coisas anacrônicas, em completo alheamento aos progressos da pedagogia moderna”. A partir dessa crítica, Ulysses inaugurou um movimento de renovação pautado na aplicação de princípios científicos e humanistas.

1. CONTEXTO HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA REFORMA

O início do século XX foi marcado por um intenso debate sobre a função social da educação no Brasil, impulsionado pelos ideais republicanos e pelos primeiros ecos da Escola Nova. Em Pernambuco, as desigualdades regionais e a precariedade estrutural das instituições tornavam urgente uma reforma que articulasse ciência, pedagogia e saúde pública. Ulysses, médico psiquiatra e diretor do Hospital de Alienados, transferiu para a escola os princípios de sua prática científica, concebendo-a como espaço de formação integral do sujeito.

Como afirma o próprio Valente (1959, p. 12), “sabia Ulisses que os métodos e programas, a própria habilitação do professor deviam estar em função das necessidades bio-psíquicas da criança”, o que revela uma

compreensão avançada da pedagogia como ciência da infância. Esse olhar bio-psicológico se traduziu em políticas educacionais inovadoras que buscavam adequar o ensino às especificidades cognitivas e sociais dos alunos.

2. INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS E ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO ENSINO

Entre as principais medidas implementadas, destacam-se a redução do número de alunos por sala, a criação do Curso de Aplicação, a implantação da média global e a unificação curricular das escolas públicas e particulares. Essas ações constituíram o núcleo do projeto de Ulysses, que visava romper com o ensino livresco e fragmentado, substituindo-o por um modelo baseado na integração entre teoria e prática.

Valente (1959, p. 16) recorda que “a seleção pela matrícula dos mais aptos é inquestionavelmente melhor como medida liberal, e o governo adotou”. Essa passagem revela o cuidado do reformador com a qualidade da formação docente, defendendo critérios de mérito e desempenho. De igual modo, a substituição dos exames parcelados pela média global representou, segundo Barretto (1992, p. 18), “um avanço significativo no processo de avaliação, que passou a considerar o rendimento integral do aluno”.

Ulysses também instituiu o Curso de Aplicação, que se transformaria posteriormente na Escola de Aplicação da Universidade de Pernambuco, garantindo que as normalistas passassem pela prática docente supervisionada antes de assumirem turmas. Essa medida, pioneira no Brasil, aproximava o ensino da realidade pedagógica e fortalecia a identidade profissional do magistério.

As reformas podem ser sintetizadas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Indicadores das Reformas Educacionais Implementadas por Ulysses Pernambucano

Medida	Situação anterior	Mudança implementada	Indicador antes da reforma	Indicador após a reforma
Curso de Aplicação	Ausência de prática supervisionada	Integração entre teoria e prática docente	Não existia	Implantado em 1923
Curso de Aplicação	Ausência de prática supervisionada	Integração entre teoria e prática docente	Não existia	Implantado em 1923
Sistema de avaliação	Exames fragmentados e isolados	Criação da média global e avaliação contínua	Aprov. média 45%	Aprov. média 72%
Currículo	Desigualdade entre escolas	Padronização e unificação curricular	6 planos diferentes	1 currículo unificado
Assistência social escolar	Inexistente	Merenda, dentista, caixa escolar, visitadoras	0% alunos atendidos	77% dos alunos beneficiados

Fonte: Elaborado a partir de Valente (1959), Barretto (1992) e Hutzler (1987).

Essas mudanças alteraram profundamente a cultura escolar e a estrutura administrativa da Escola Normal, que passou a ser referência nacional em formação docente. Em um momento em que não existia ainda o curso universitário para a formação de professores na cidade do Recife em Pernambuco.

3. A DIMENSÃO SOCIAL DA REFORMA

Mais do que uma reorganização pedagógica, a reforma de Ulysses foi um projeto humanista e socialmente engajado. O médico-educador compreendia que a pobreza e as condições de vida precárias dos alunos eram obstáculos diretos à aprendizagem. Por isso, criou mecanismos de

assistência como a Caixa Escolar, responsável por fornecer roupas, calçados, livros e passagens de bonde às estudantes de baixa renda. Também implantou a merenda escolar, o serviço dentário e as visitadoras escolares.

Segundo Valente (1959, p. 33), Ulysses, registrava em seus relatórios que muitos alunos estavam “sujeitos ao perigo da miséria fisiológica”, denunciando a fome e as más condições sanitárias como fatores de evasão escolar. Hutzler (1987, p. 24) reforça essa dimensão ao afirmar que “o objetivo de Ulysses era fazer da Escola Normal não apenas um centro de ensino, mas também de assistência”.

As visitadoras, geralmente professoras formadas, visitavam as famílias, promovendo a integração entre lar e escola e aplicando princípios de higiene e educação moral. Essa prática, inspirada em modelos europeus e norte-americanos, fazia da escola um instrumento de saúde pública e de regeneração social – ideia que se aproximava das concepções de psiquiatria social defendidas por Ulysses em seus textos científicos.

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AVANÇOS CIENTÍFICOS

Um dos aspectos mais notáveis de sua atuação foi o pioneirismo na educação inclusiva. Ulysses defendia que o Estado devia atender “as crianças excepcionais, anormais e supernormais”, criando instituições adequadas para cada grupo. De acordo com Oliveira (2015, p. 12), “Ulysses foi o primeiro a advogar a necessidade de escolas diferenciadas para os chamados excepcionais em Pernambuco”. Em 1925, fundou a Escola Aires Gama, depois renomeada Escola Especial Ulisses Pernambucano, abrindo caminho para o reconhecimento da educação especial no Brasil.

Ainda em 1925, criou o Instituto de Psicologia, anexo ao Departamento de Saúde e Assistência, experiência inédita no país. O próprio Ulysses comemorava o feito afirmando: “Felizmente nosso esforço nesse sentido foi coroado de êxito. O Congresso do Estado votou a lei criando o Instituto de Psicologia (...). Será Pernambuco o primeiro dos Estados bra-

sileiros a realizar um empreendimento de tal monta” (VALENTE, 1959, p. 24).

Esse instituto foi o embrião de uma pedagogia científica voltada para o diagnóstico das capacidades cognitivas e das dificuldades de aprendizagem, incorporando métodos da psicometria e da observação experimental – elementos centrais do pensamento pedagógico moderno.

5. CENTRALIZAÇÃO E LEGADO INSTITUCIONAL

A reforma de Ulysses também teve como princípio a centralização pedagógica. Antes de 1923, “os colégios particulares que mantinham cursos pedagógicos, embora equiparados à Escola Normal, não obedeciam ao sistema de ensino que lhes devia servir de padrão” (VALENTE, 1959, p. 29). Com a reforma, a Escola Normal tornou-se modelo de referência, impondo unidade curricular, normas e horários a toda rede. Essa medida consolidou um sistema educacional mais coeso, que buscava a eficiência sem perder o compromisso com a inclusão.

O impacto de suas ações ultrapassou o campo educacional. Conforme Melo (2004, p. 72), Ulysses foi “um enamorado da liberdade”, e suas reformas expressaram “a tentativa de libertar a escola da exclusão e das desigualdades sociais”. O reformador foi acusado de “agitador social” e “comunista” por defender políticas de equidade e valorização das classes populares (VALENTE, 1959, p. 31–32), o que evidencia o caráter progressista e transformador de sua atuação.

Assim, a reforma educacional de Ulysses Pernambucano não se limitou à técnica pedagógica: foi um projeto de educação integral, que articulou ciência, ética e política. Suas iniciativas anteciparam discussões contemporâneas sobre educação inclusiva, equidade social e interdisciplinaridade, tornando-se um dos capítulos mais emblemáticos da história da educação pernambucana e brasileira.

DIMENSÃO SOCIAL E INCLUSIVA DA REFORMA

Além da reorganização pedagógica, Ulysses introduziu políticas de assistência aos estudantes pobres, criando a Caixa Escolar, o serviço odontológico e o programa de merenda. As visitadoras escolares, inspiradas em experiências de higiene social europeias, acompanhavam a vida das alunas fora da escola, promovendo ações educativas junto às famílias.

De acordo com Hutzler (1987, p. 24), “o objetivo de Ulysses era fazer da Escola Normal não apenas um centro de ensino, mas também de assistência”. Essa visão ampliada evidencia a influência de sua formação psiquiátrica, que o levou a compreender o processo educativo como parte de um projeto de saúde pública e de regeneração moral.

Em 1925, fundou a Escola Aires Gama, atual Escola Especial Ulisses Pernambucano, destinada a alunos com deficiências. Segundo Oliveira (2015, p. 12), “Ulysses foi o primeiro a advogar a necessidade de escolas diferenciadas para os chamados excepcionais em Pernambuco”. Nesse mesmo ano, criou o Instituto de Psicologia, pioneiro no país, dedicado à pesquisa experimental e à psicometria.

Figura 1 – Linha do tempo das reformas implementadas por Ulysses Pernambucano (1923- 1930)

1923	—▶	Redução de turmas e criação do Curso de Aplicação
1924	—▶	Implantação da média global e unificação curricular
1925	—▶	Criação do Instituto de Psicologia e Escola Aires Gama
1927	—▶	Expansão das visitadoras escolares e assistência odontológica
1930	—▶	Consolidação das reformas e reconhecimento nacional da Escola Normal

Fonte: Elaboração própria a partir de Valente (1959), Barretto (1992) e Hutzler (1987).

A presente figura busca demonstrar visualmente as modificações propostas por Ulysses Pernambucano em um curto período de tempo, visto que no início da década de 1930 o médico volta a ser diretor do Hospital de Alienados do Recife e posterior, após a sua saída, inicia-se o período histórico conhecido como Estado Novo que pretende apagar politicamente a sua passagem. Em virtude de uma perspectiva política que é criada ao redor da figura de Ulysses, como um comunista que deveria ser perseguido. (ROCHA, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das reformas educacionais empreendidas por Ulysses Pernambucano permite compreender a amplitude e a originalidade de seu projeto, que ultrapassou os limites da administração escolar para alcançar uma dimensão filosófica e social do ensino. A partir de uma metodologia histórico-documental, a pesquisa revelou que suas ações constituíram uma tentativa de fundar um novo modelo de escola republicana – científica, laica, inclusiva e voltada para a formação integral do indivíduo. Nesse sentido, a trajetória de Ulysses não pode ser dissociada do movimento mais amplo de modernização da educação no início do século XX, em que o saber médico e o pensamento pedagógico se encontraram no propósito de regenerar o corpo social pela via da instrução pública.

As reformas conduzidas na Escola Normal do Recife não se limitaram a mudanças estruturais ou curriculares. Elas instauraram uma nova racionalidade educacional, fundamentada em diagnósticos científicos e em uma leitura sensível da realidade social. A criação do Curso de Aplicação, a implantação da média global, a padronização do currículo e a fundação do Instituto de Psicologia expressam essa preocupação em integrar ciência e prática pedagógica. Essas medidas consolidaram uma nova identidade para o magistério, que passou a ser compreendido não apenas como vocação moral, mas como profissão intelectual de relevância pública. Ao mesmo tempo, o educador introduziu políticas sociais pionei-

ras, como a Caixa Escolar, o serviço dentário e o programa de merenda, demonstrando que a efetivação do direito à educação dependia de condições concretas de vida.

Essas ações evidenciam a visão sistêmica e interdisciplinar de Ulysses, que compreendia o ensino como parte de um projeto de saúde e cidadania. Como observa Hutzler (1987), sua prática pedagógica estava ancorada numa concepção de psiquiatria social, em que a escola deveria funcionar como espaço de equilíbrio e reeducação moral. O enfoque no aluno como sujeito biopsíquico representava um rompimento com a pedagogia tradicional e inaugurava uma pedagogia científica comprometida com o desenvolvimento humano em sua totalidade. Nessa perspectiva, a educação era simultaneamente ato terapêutico e político, um instrumento de regeneração individual e coletiva.

A presente investigação também destacou a atualidade do pensamento de Ulysses Pernambucano, sobretudo no campo da educação inclusiva. A fundação da Escola Aires Gama, voltada ao atendimento de alunos com deficiência, e a defesa da adaptação curricular a diferentes perfis de aprendizagem anteciparam debates que somente nas décadas de 1980 e 1990 seriam incorporados às políticas públicas nacionais. Sua proposta reconhecia a pluralidade dos sujeitos e valorizava o papel do Estado na promoção de oportunidades educacionais equitativas – princípios que dialogam com as bases contemporâneas da educação como direito humano.

Nesse sentido, o legado de Ulysses ultrapassa o domínio técnico e administrativo. Trata-se de uma obra humanista, profundamente engajada na transformação social por meio da educação. Conforme ressalta Melo (2004, p. 72), o médico-educador foi “um enamorado da liberdade”, e suas ações expressaram “a tentativa de libertar a escola da exclusão e das desigualdades sociais”. Sua trajetória reflete o ideal republicano de que a escola deve ser o espaço de construção da cidadania e de emancipação do indivíduo, capaz de unir o rigor científico à sensibilidade ética. Ainda que enfrentasse resistência de setores conservadores, que o tachavam

de “agitador” ou “revolucionário”, sua prática pedagógica consolidou-se como uma das mais coerentes tentativas de democratizar o ensino em Pernambuco.

As considerações finais desta pesquisa reafirmam que as reformas implementadas por Ulysses Pernambucano constituem um marco fundacional da modernidade educacional no Brasil, tanto pela incorporação do discurso científico quanto pela consciência de que a educação é um fenômeno social total. Ao integrar a psicologia experimental, a assistência social e a pedagogia, Ulysses construiu uma proposta singular, capaz de articular conhecimento técnico e compromisso ético-político.

Em tempos de novos desafios para a escola pública, revisitá-lo significa reconhecer a potência de uma pedagogia que valoriza o humano em sua complexidade. O pensamento de Ulysses, situado entre a ciência e a alteridade, continua a inspirar educadores que acreditam que a transformação do mundo começa pela sala de aula – e que toda reforma educativa, para ser justa, precisa ser também uma reforma de consciência.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Anita Paes. Ulysses Pernambucano, educador. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 14–17, 1992. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2025.

ESTUDOS pernambucanos: dedicados a Ulysses Pernambucano. Recife: Empresa Jornal do Commercio, 1937. 133 p.

FACCHINETTI, Cristiana. Philippe Pinel e os primórdios da medicina mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 502–505, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/s8xJV3W-ZP6scGcJnyPnjPh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2017.

FACCHINETTI, Cristiana; CARVALHO, Carolina. Loucas ou modernas? Mulheres em revista (1920–1940). *Cadernos Pagu*, Rio de Janeiro, p. 1–33,

2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/37708/2/1809-4449-cpa-57-e195707.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

FACCHINETTI, Cristiana; MUNOZ, Pedro Felipe Neves de. Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro, 1903–1933. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 239–262, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/TrYPCGYfKfMPHzBtbxfsVrK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2020.

HUTZLER, Celina Ribeiro. Ulysses Pernambucano: psiquiatra social. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 15, n. 1, 2011. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/399>. Acesso em: 30 out. 2025.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 9–43, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIRA, Giovanna. Quando o discurso médico encaminha as crianças ditas anormais à escola (Recife, 1918). 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MEDEIROS, Adailson. *Ulisses Pernambucano: um mestre adiante do seu tempo*. Brasília: Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais, 1992. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002502.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MELO, Walter. Ulysses Pernambucano: o enamorado da liberdade. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 185–192, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41354/28623>. Acesso em: 27 out. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

NÓVOA, António. *História da educação: caminhos da pesquisa*. *Teoria & Educação*, n. 4, p. 3–16, 1991.

PELBART, Peter. Os loucos, trinta anos depois. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 42, p. 171-176, jul. 1995.

PERNAMBUCANO, Ulysses. Classificação das creanças anormaes: a parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a asthenia mental. Recife, 1918.

PICCININI, Walmor. Ulysses Pernambucano e a psiquiatria social. Revista Psychiatry on line Brasil, v. 17, n. 3, 2012.

PLAISANCE, Eric. Denominações da infância: do anormal ao deficiente. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 405-417, 2005.

PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria (1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PORTOCARRERO, Vera. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. Revista Educação e Sociedade, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 169-186, 2004.

RIBEIRO, Paulo. História da saúde mental: a criança brasileira da colônia à república velha. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 1, p. 29-38, jan./abr. 2006.

ROCHA, Edyna Cavalcanti da. Ulysses: um pernambucano. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7763/1/arquivo7674_1.pdf . Acesso em: 1 abr. 2020.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHUELER, Alessandra. Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 1-7, jan./jul. 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Magali. A saúde mental e a fabricação da normalidade: uma crítica aos excessos do ideal normalizador a partir das obras de Foucault e Canguilhem. Revista Interação em Psicologia, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 141-150, 2008.

SILVA, Renata. Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão Escola Bourneville no início do século XX. Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 195-208, 2009.

WADI, Yonissa. Quem somos nós loucos!? Um ensaio sobre os limites e possibilidades da reconstrução histórica de trajetórias de vida de pessoas internas como loucas. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 287-319, jan./dez. 2006.